

Silvia Cátia Rodrigues Gonçalves
silvinhagoncalves@hotmail.com

Mestre em Tecnologias em Saúde e Especialista em Fisioterapia em Pediatria pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Graduada em Fisioterapia pela Universidade Católica do Salvador.

Tânia Christiane Ferreira Bispo
taniaenf@uol.com.br

Pós-Doutora e Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Mestre em Enfermagem pela UFBA. Professora do Departamento de Ciências da Vida da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Denise Santana Silva dos Santos
denisenegal@hotmail.com

Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Enfermagem pela UFBA, Especialista em Neonatologia pelo Programa de Residência Multiprofissional da UNEB. Professora do Departamento de Ciências da Vida da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Sumaia Midlej Pimentel Sá
sumaia.midlej@gmail.com

Doutora em Família na de Saúde Contemporânea pela UCSAL, professora e fisioterapeuta do Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade- UCSAL Contemporânea, professora da UNEB.

Carla Verônica Albuquerque Almeida
cva0507@gmail.com

Doutora em Educação e Contemporaneidade (UNEB), professora adjunta da UNILAB, pesquisadora em Família (Fabep/UCSAL) e Psicanálise e Representações Sociais (Geppe-rs/UNEB)

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP:
44300-000 - Cachoeira, BA

Revista Brasileira de Saúde Funcional
REBRASF

FILHOS(AS) DE MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE: FORMAÇÃO DE VÍNCULO NA CASA DE ACOLHIMENTO

CHILDREN OF PRIVATE MOTHERS OF FREEDOM: FORMATION OF BOND IN THE WELCOMING HOUSE

RESUMO

Introdução: O encarceramento materno pode impactar na vida dos filhos acarretando na mudança do cuidador, da casa, escola, afastamento do convívio familiar, da comunidade e na institucionalização da criança e do adolescente, devido ausência de algum familiar que possa assumir a tutela ou guarda. **Objetivo:** Analisar a vivência de crianças e adolescentes filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva com delineamento qualitativo com crianças e adolescentes de 8 a 14 anos. Os dados foram coletados através da observação participante e de entrevista semi estruturada, analisados de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Foi utilizada a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner como referencial teórico-metodológico. **Resultados:** Emergiram três categorias analíticas: vínculos afetivo, familiar e institucionais. **Conclusão:** Foi possível identificar que as crianças e adolescentes foram institucionalizados devido à situação de privação de liberdade materna. Contudo, atualmente, mesmo com suas mães em liberdade, as crianças e adolescentes continuam institucionalizados, pois apesar do grande desejo de ficar com as famílias, eles preferem ficar na instituição devido a garantia de moradia, comida, escola, segurança e de um futuro melhor.

PALAVRAS-CHAVE:

Criança. Institucionalização. Adolescentes. Prisões. Vínculo.

Abstract

Introduction: Maternal incarceration may have an impact on children's lives, resulting in the change of caregiver, school, moving house, distancing of family coexistence, community and the institutionalization of child and adolescent due the absence of some relative who can take custody or guardianship. **Objective:** To analyze the experience of children and adolescents of mothers deprived of freedom in a foster home. **Method:** This is an exploratory, descriptive study with a qualitative design with children and adolescents aged 8 to 14. Data were collected through participant observation and semi-structured interview, analyzed according to the Bardin content analysis. The Bioecological Approach to Human Development of Bronfenbrenner was used as a theoretical-methodological reference. **Results:** Three analytical categories emerged: affective bond, family bond and institutional bond. **Conclusion:** It was possible to identify that children and adolescents were institutionalized due the situation of maternal deprivation of liberty. However, even today with their mothers at liberty, children and adolescents continue to be institutionalized, because despite the desire to stay with families, they prefer to stay in the institution because they have assured that they can enjoy housing, food, school, security and a better future.

Keywords: Child. Institutionalization. Adolescents. Prisons. Bond.

INTRODUÇÃO

A criminalidade cresce em todo o mundo e o Brasil ocupa a quarta posição no ranking, possuindo a quinta maior população prisional feminina do mundo¹. Entre os anos de 2000 a 2014, houve um aumento de 567,4% de mulheres envolvidas com o sistema judiciário, que numericamente representa 37.380 mulheres em situação de privação de liberdade² ao final de 2014. Considerando que muitas são genitoras, a presença de crianças envolvidas com o contexto prisional aumenta.

Historicamente a mulher é concebida como cuidadora dos filhos, o aprisionamento materno traz mais repercussão que o paterno, pois diante do encarceramento da genitora, surge a questão de como ficam os filhos. Nos Estados Unidos 37% dos pais ficam com os filhos quando a mulher é privada de liberdade³. Porém, no Brasil os dados do Censo Penitenciário Paulista revelam que 20% dessas crianças ficam com os pais e 40% com os parentes maternos⁴. Não existe um número específico de filhos para população carcerária brasileira feminina. Estima-se que, a cada dez pessoas privadas de liberdade seis possuem filhos¹. A ausência de dados para população de crianças e adolescentes que possuem mães em situação de privação de liberdade acarreta na invisibilidade dessa população.

No Brasil, quando a mulher é privada de liberdade e o genitor não fica com o filho, existem três possibilidades com relação à guarda dos filhos que dependerá da idade da criança. Se a criança tiver de zero a seis anos pode ficar na creche no presídio, com família substituta ou em uma instituição de acolhimento⁵. A família substituta pode ser a família extensa que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constitui-se por parentes próximos que convivem com a criança e possui alguma afetividade⁶. Se o infante tiver acima de seis anos as possibilidades são família substituta e sistema de acolhimento⁵.

Apesar de ter legislação que garanta a permanência das crianças com as mães no presídio, existe divergência nas leis com relação ao tempo de permanência dessa criança com a genitora no sistema prisional^{7,8,9,10}. Em virtude dessa discordância, na maioria das vezes, o infante permanece no ambiente prisional no período que compreende a amamentação, conforme determinam a Constituição Federal e o ECA^{6,7,11,12}. Após esse período a criança é encaminhada para a família ou para uma instituição de acolhimento⁵.

Embora existam poucos estudos sobre filhos de mães privadas de liberdade, a institucionalização pode se constituir como um fator de vulnerabilidade devido ao afastamento da genitora, mudança de casa, de escola, do cuidador e da formação dos vínculos afetivos ou pode se constituir em um fator protetivo, visto que muitos dos infantes que possuem parentes envolvidos com a criminalidade acabam vivenciando em seus lares situações que os colocam em contexto de risco^{5,13,14}.

Apesar dos esforços em diminuir o número crianças e adolescentes institucionalizados no mundo, estima-se que oito milhões de crianças e adolescentes vivem em sistema de acolhimento¹⁵. No Brasil existem 47.183 crianças e adolescentes neste contexto¹⁶, embora o ECA preconize a institucionalização somente em caso excepcional⁶. Ainda de acordo com o ECA a institucionalização deve ter caráter provisório, durar no máximo dois anos e a casa de acolhimento deve estimular a manutenção dos vínculos maternos, familiares e comunitários e, durante todo o período de institucionalização, tentar reinserir o institucionalizado no seu contexto social^{6,17} a fim de que o acolhimento não seja um fator a mais que contribua com os problemas encontrados na população institucionalizada como as dificuldades cognitiva, social, psicológica e até mesmo o envolvimento com o mundo da criminalidade^{18,19,20}.

As ideias aqui expressas associadas à participação no grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa Interfaces em Saúde (NUPEIS), que desenvolve atividades com mulher em situação de privação de liberdade, oportunizaram as pesquisadoras conhecer as crianças que residiam na casa de acolhimento vinculada ao presídio no dia em que visitavam suas mães no sistema prisional.

Diante desse contexto, na busca de ampliar as discussões sobre crianças em situação de acolhimento, emerge a questão investigativa: como vivem os filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento?

Nessa perspectiva, o estudo se baseia na Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner como fio condutor para o desenvolvimento das reflexões acerca da temática abordada. Seguindo uma sequência lógica, que tem por fim aproximar as questões que envolvem a institucionalização dos filhos de mães privados de liberdade.

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar como vivem essas crianças e adolescentes e as relações estabelecidas, a fim de diminuir a lacuna do conhecimento, contribuir para formação de políticas públicas e fomentar discussões acerca de uma população que tem pouca visibilidade na sociedade.

MÉTODO

Para realização desse estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, por entender que a pesquisa qualitativa visa compreender a lógica interna das instituições, grupos e de seus

atores com representações sobre sua história, não sendo possível mensurar através de variáveis, e por fomentar políticas públicas e sociais²¹.

Como referencial teórico-metodológico foi utilizada a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner²², por conceber que a teoria visa compreender o desenvolvimento humano através das interconexões do indivíduo com os ambientes, desde o mais próximo ao mais remoto e sua percepção que segundo Stella; Serqueira⁵, Bronfenbrenner busca primeiro conhecer a interação do indivíduo com os ambientes antes de descrever os aspectos sociais, cognitivos e emocionais.

O *locus* da pesquisa foi o abrigo é dirigido pela Fundação Dom Avelar Brandão, vinculado a Arquidiocese de Salvador e Pastoral Carcerária, situado na cidade de Salvador, no bairro da Mata Escura, em um terreno próximo ao Sistema Penitenciário Lemos de Brito. A instituição tem como objetivo assistir integralmente crianças e adolescentes cujos pais estão presos e não tem parentes próximos que possam acolher.

Foram entrevistadas crianças e adolescentes de 8 a 14 anos, filhos de mães privadas de liberdade e que residiam na casa de acolhimento no período de abril a agosto de 2016. Participaram 09 crianças e adolescentes institucionalizados e este contingente representa quase o total de crianças e adolescentes nessa faixa etária da instituição, pois uma adolescente recusou participar da pesquisa. O requisito para integrar o estudo era desejar participar e estar dentro da faixa etária estabelecida. A idade escolhida a partir dos 8 anos foi por acreditar que crianças acima dessa idade possuem capacidade de compreensão e de falar dos seus sentimentos e da sua percepção. O estudo trata-se de um recorte da pesquisa intitulada Nascer e Crescer atrás das Grades, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em 11 de março de 2016, parecer número 1.446.908, atendendo os requisitos da Resolução Nº 466/12.

Para coleta de dados foi escolhida como estratégia de investigação a entrevista semi-estruturada, por acreditar ser uma modalidade que permite descrição de um meio social específico, oportunizando ao pesquisador desenvolver um roteiro com questões que serão abordadas de maneira que o participante possa falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir. Foi utilizada também a observação como técnica de coleta de dados.

Após assinatura dos termos, foi utilizado um formulário contendo algumas informações sobre o participante como: idade, nome, naturalidade, tempo de instituição, escolaridade, religião e cor. As entrevistas foram realizadas em uma sala indicada pela psicóloga da instituição, de forma que as pessoas não participassem da conversa. Porém, a própria psicóloga em alguns momentos se aproximava e logo em seguida saía. Foi utilizado um gravador para registrar as entrevistas, que tiveram em média trinta minutos de duração.

O período em que as entrevistas foram realizadas compreendeu entre abril e agosto de 2016. Porém a aproximação do campo e dos participantes aconteceu durante o ano de 2015, com atividades voluntárias de oficinas para as crianças, como orientação com relação à higiene pessoal, sexualidade para os adolescentes e atividades recreativas em comemoração a datas festivas como dia das crianças, páscoa e natal.

Na análise de dados, as entrevistas foram transcritas na íntegra e, posteriormente, submetidas à análise de conteúdo segundo Bardin²³.

Após esse processo de análise de dados emergiram três categorias: vínculos afetivos,

vínculos familiares e vínculos institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para conhecer a vivências dessas crianças e adolescentes, filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento, o olhar e a escuta foram expandidos na busca de colher informações objetivas e subjetivas do comportamento e das relações estabelecidas dos sujeitos que fazem parte deste ambiente.

Nesta perspectiva, as observações, especificamente, aconteceram uma vez por semana durante os meses de abril a agosto de 2016 totalizando 60 horas de observação. A entrevista semi estruturada foi realizada uma vez com cada um dos nove participantes da pesquisa, gerando 270 minutos de áudio que foram fundamentais para a análise dos dados.

Denominou-se as crianças institucionalizadas de C1 a C3 e os adolescentes de A1 a A6. O registro de cada detalhe da observação participativa ao final de cada período da observação possibilitou a recolha de informações, configurando-se como um modo de apreender o objeto desta pesquisa e enxergar a realidade tal como ela é em suas entrelinhas.

Para o enquadramento teórico, foi utilizada A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner²² que compreende o processo de desenvolvimento humano e as interconexões com os contextos ambientais que envolvem o indivíduo e que de forma direta ou indireta impacta no crescimento do sujeito. Outros autores também foram utilizados na análise para contribuir no processo de compreensão dos resultados.

VÍNCULOS AFETIVOS

O encarceramento afeta não só ao privado de liberdade, mas a toda sua família. A separação dos filhos por um evento criminoso se constitui um trauma e pode acarretar alteração na vida adulta^{24,25}. Embora a repercussão aconteça com os filhos de pais e mães privados de liberdade, o impacto é maior para os filhos de mães em situação de privação de liberdade porque, além de historicamente a mulher ser concebida como a cuidadora dos filhos, nos dias atuais a mulher configura como provedora do lar. E, como diante do encarceramento materno apenas 20% das crianças ficam com os pais⁴, essa situação ocasiona aos filhos a experiência da separação da família, ruptura do vínculo, novas inserções ecológicas e alteração do ecossistema que passa a ser marcado com fatos que envolvem violência, punição, estigma e segregação social, o que poderá repercutir em todo seu desenvolvimento^{5,18}.

As crianças são encaminhadas para o abrigo através da Vara da Criança e da Juventude e dos Conselhos Tutelares, acarretando o que Bronfenbrenner²² define como uma transição ecológica, que se constitui em uma modificação de papel, de ambiente ou das duas situações. Essa transição ecológica do convívio familiar para uma casa de acolhimento configura-se um momento conflitante, mesmo para os que não vivem bem com seus pais²⁶, pois, além da criança ou adolescente deparar-se com uma experiência do aprisionamento parental, soma-se a chegada em um ambiente estranho, sem uma figura de referência o que pode gerar raiva, insegurança e angústia. Estes sentimentos são manifestados através de birras, choro constante, mau comportamento, depressão e isolamento das pessoas²⁵. Cabe ressaltar que, muitas das vezes, esses sentimentos não são expressos, geralmente por meninos que são socialmente estimulados a não manifestar, mas podem ficar armazenados no psiquismo que futuramente

reflete na identidade do indivíduo²⁶.

Ao abordar A2 que possui 08 anos de institucionalização sobre a chegada ao abrigo, a mesma relata que: “não lembro direito, eu era pequena, lembro que chorava muito e a Irmã (Freira- diretora) me colocava no carro e passeava comigo e com meus irmãos.” Assim como encontrado em outro estudo²⁷, esse depoimento demonstra o sofrimento vivenciado na ruptura de laços, mas evidencia a importância do cuidado que a instituição teve, pois os colocavam no carro e iam passear, porque andar de carro acalmava as crianças. É importante salientar que, embora A2 tenha referido não lembrar do fato, o cuidado afetivo da Irmã foi de tal relevância que ficou registrado, demonstrando que a memória é sempre seletiva, ela não dá presença a um passado genérico, mas a determinados eventos, localizados em determinados lugares no espaço e no tempo, dotados de significado em contextos específicos.

Diferente de A2, C3, que possui 2 meses de instituição, refere a transição ecológica de forma gradativa, ao afirmar que “foi boa, eu vim um dia e gostei. Outro dia eu estava na escola, a diretora me levou para o Conselho e me trouxeram para cá. Quando cheguei aqui meus colegas me batiam, mas depois passou.” Nessa fala foi percebida que além da mudança de todo ambiente ecológico, a criança ou adolescente em situação de proteção ainda tem que lidar com a reação dos seus pares a sua chegada que, muitas vezes, os remetem a reviverem as suas próprias experiências de rejeição, abandono e maus tratos, pois conforme Torres, as crianças vão reeditando suas histórias a cada criança que entra no abrigo²⁴.

Porém, ao abordar a temática sobre o ingressar na instituição, a maioria dos participantes do estudo refere não lembrar como ocorreu.

Não me lembro não, porque eu era pequena e não sabia o sentido das coisas e pensei que aqui era um lugar normal, uma casa, mas sabia que aqui não estaria com minha mãe. A3 (11 anos de instituição)

Eu não lembro muito, cheguei muito pequena aqui. Eu fiquei feliz porque conheci pessoas. A4 (10 anos de instituição)

Não tenho lembrança, vim para cá muito pequena. A5 (12 anos de instituição)

Tal fato pode estar associado a idade que a institucionalização aconteceu, posto que a maioria das crianças ingressam na instituição nos primeiros anos de vida, predominando a faixa etária de 02 a 03 anos. Para Vigotsky²⁸, a memória na fase inicial da infância é uma das funções psicológicas centrais, a partir dela se desenvolve as outras funções, pois o pensar para crianças entre 2 e 3 anos está relacionado às lembranças concretas e, para crianças maiores e adolescentes, lembrar é pensar. Na visão de Piaget²⁹, a capacidade de memorização acontece a partir dos dois anos. Antes disso a criança não tem a capacidade de se referir ao passado e nem ao futuro.

É consenso entre autores a relevância da idade da criança ao entrar na instituição, devido a importância dos vínculos afetivos nos primeiros anos de vida e que a falta da vinculação pode acarretar problemas na construção da subjetividade, apesar de divergirem em qual período da infância essa repercussão vai ser maior^{28,29}. Para Spitz³⁰, pioneiro neste estudo, o período mais crítico para privação afetiva compreende a segunda metade do primeiro ano de vida, por ser o período que a criança começa a distinguir os cuidadores e por ter estabelecido um sólido apego maternal e as consequências da separação serem mais permanentes.

Já Bowlby³¹ defende que o processo de vinculação é mais acentuado nos primeiros nove

meses de vida e permanece até os três anos. Winnicott³² refere maior vinculação no primeiro ano de vida que corresponde a independência motora da criança e Bronfenbrenner²² acredita que após os seis meses de vida é quando a relação de apego e dependência do bebê com o cuidador primário são mais intensos.

Os estudos mais recentes expandem para três a cinco anos o período da infância no qual a repercussão da ruptura de laços seguida da institucionalização é mais intensa, podendo ocasionar problemas sociais, cognitivos, psicológicos, comportamentos psicóticos e ainda acarretar envolvimento da criança com o sistema judiciário^{18,19,20}.

Os problemas mencionados acima podem ser ocasionados pela ruptura dos primeiros vínculos estabelecidos no âmbito familiar, visto que a fase da primeira infância é fundamental e preponderante na construção da identidade da criança e de sua relação com o outro, que possibilitará a construção de vínculos afetivos; mas os vínculos podem ser restabelecidos, mesmo que seja em um âmbito institucional, assim como na escola e na comunidade. Com o objetivo de assegurar à criança e ao adolescente a manutenção dos vínculos familiares e comunitários, o ECA e o CONANDA/CNAS preconizam que o acolhimento deve ser em situação excepcional, provisório, ser o mais próximo possível do ponto de vista geográfico, social e econômico da realidade da criança e não ultrapassar mais de dois anos⁶.

VÍNCULOS FAMILIARES

O mais legal é lá, lá tem minha família. A1 (07 anos de instituição)
Eu gostaria de viver com minha família. A6 (10 anos de instituição)

Os depoimentos acima denotam o sentimento e a representatividade que a família ocupa na vida desses institucionalizados quando foram questionados como era a relação deles com a família. O ECA no artigo 226 faz referência à família como uma instituição que ocupa a base da sociedade⁶. Considerada como primeiro microsistema de interação da criança, a família constitui um importante contexto de desenvolvimento humano no qual se processam interações significativas entre as pessoas e concebe a primeira identidade social do indivíduo, permitindo-o conhecer, internalizar, respeitar regras e limites que serão necessários para convívio em sociedade. Além disso, é no seio familiar que a criança estabelece vínculos concretos e duradouros que fornecerão autoconfiança, autoestima e independência para sua vida²².

Na antiguidade, a família estava mais relacionada à questão moral do que ao sentimento, nos dias atuais está mais tocante ao amor e intimidade³³. Este fato configura a relação estreita que a instituição família possui com os aspectos histórico, social e cultural e por isso está em constante processo de alteração, demonstrando a influência do macrossistema no microsistema, conforme explica a Teoria de Bronfenbrenner²².

Eu morava em Mussurunga com minha mãe e com meus irmãos. Meu pai, minha mãe diz que ele morreu. Já morei em vários lugares com minha mãe. Cada irmão tem um pai. A2 (08 anos de instituição)
Eu vivia com minha mãe e meus irmãos. A3 (11 anos de instituição)
Na minha casa só tinham meus irmãos. Eu não conheci meu pai. A1 (07 anos de instituição)

Os relatos acima retratam o cenário da configuração familiar das mães privadas de liberdade, que segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o perfil se caracteriza por mulheres solteiras, negras, com idade entre 18 e 24 anos, com ensino fundamental incompleto e que são provedoras dos seus lares, o que acaba ocasionando maior impacto na vida dos infantes¹.

Embora a estrutura familiar sofra mudança, a concepção enquanto organização permanece. Posto que o contexto familiar configura-se de maneira singular, não apenas por estabelecer vínculos concretos e duradouros, mas ao proporcionar essa vinculação, assume o papel de cuidado, bem estar, proteção, apego, segurança, identidade e pertencimento que vai perdurar por toda a vida³³.

Para Bronfenbrenner, a família representa o principal contexto de desenvolvimento humano por oportunizar a construção das relações diádicas baseadas na reciprocidade, mutualidade do sentimento positivo e alternância de equilíbrio de poder que é precursora para tríade e tétrede. O referido autor acredita que as relações entre as pessoas e o meio constituem a mola propulsora para o desenvolvimento humano²².

Na perspectiva de Bowlby, a criança que possui um lar estruturado e pais atenciosos consegue desenvolver sentimento de segurança e confiança em si mesma e nos outros, permitindo explorar o mundo ao seu redor³¹. Em consonância com os demais, Winnicott afirma que o ambiente familiar afetivo que corresponda às necessidades das crianças e adolescentes configura-se como a base para um desenvolvimento saudável³².

Dessa forma, a família ocupa o lugar central na formação do indivíduo, diferenciando dos demais contextos como, por exemplo, escola, comunidade e igreja, por serem transitórios e de constituição flutuante e ainda desempenha o papel de mediadora dos comportamentos que a criança vai apresentar ao se inserir em outros contextos²⁵.

Entretanto, assim como foi encontrado em outros estudos^{24,25}, para algumas crianças a concepção de família ainda não foi construída, como relata A5 que possui 12 anos de instituição “eu não posso sentir falta da minha família, eu nunca tive. Tenho falta de minha mãe, nunca vi meu pai, nunca vi ninguém, não tenho nem noção de como é ter família”. Esse depoimento retrata o sofrimento, a ausência de referência e de pertencimento a um núcleo familiar que muitas vezes é vivenciado em silêncio. Sensação de pertencimento esta que consente ao indivíduo se sentir pertencido a um lugar e esse lugar a ele, assim como as características das pessoas envolvidas e da história construída por esse grupo²⁴.

Trivellato et al³⁴ evidenciam ser comum que os institucionalizados idealizem as relações familiares. Vigotsky²⁸ considera natural que a criança na idade pré - escolar viva o mundo imaginário e ilusório, no entanto, quando é a genitora que vivencia a privação de liberdade, esse fato pode acarretar mais conflito devido à subjetividade que permeia a mente do participante e da sociedade que configura a mulher o mito maternal, de boa, cuidadora dos filhos e do lar. Por outro lado, eles convivem muitas vezes com a mãe que maltratou, envolveu-se com a criminalidade, que o abandonou e com o estigma de má pessoa, o que as tornam socialmente incapazes de cuidar dos seus filhos²⁵, mas o afastamento da criança do familiar minimiza o sofrimento vivenciado antes e propicia a fantasia e a ilusão¹³.

Torres²⁴ ressalta que, ser filho de uma mãe transgressora é conflituoso para construção da identidade, pois o outro pode identificá-lo como semelhante a sua mãe e ele vir a sofrer as

consequências, pode omitir sua história para ser aceito na sociedade ou não apresentar conflito e se identificar e se posicionar no lugar de transgressor. A autora entende que, a construção da identidade está associada a vários aspectos da vida real e as situações vivenciadas que envolvem aspectos cultural, social, étnico, religioso dentre outros que enquadram um indivíduo em uma determinada categoria que apresenta um estereótipo²⁴.

Nesta perspectiva, o ambiente familiar que deveria promover identidade, sensação de pertencimento favorável a um desenvolvimento saudável, passa a ser um contexto gerador de conflito permeado de relações de insegurança, violência, maus tratos, drogas e de pobreza^{14,19}.

Quando minha mãe ficava na rua, eu ficava com ela, ela bebia. Teve um dia que a polícia começou a bater em minha mãe. Eu tinha medo da polícia, sonhava com a polícia, tinha medo, chorava. Tia, eu já caí no esgoto e quase morri. Minha mãe um dia quis me roubar, eu dizia: mainha, mainha, eu tenho aula. A3 (11 anos de instituição)

Na casa de minha mãe eu fico na rua largada ou em casa, eu prefiro aqui. Eu não tenho vontade de ficar com minha mãe, não quero ficar largada. A4 (10 anos de instituição)

Minha mãe fez coisas erradas, eu não quero esse caminho. Ela está tentando se ajustar, está trabalhando em uma barraca de praia. A2 (08 anos de instituição)

Os depoimentos acima retratam a situação de vulnerabilidade que os adolescentes vivenciaram antes da institucionalização ou nos finais de semana que passavam com suas mães. O convívio em um ambiente com conflitos conjugais, ações agressivas e uso de drogas acarreta em fragilidade do vínculo familiar, problemas de identidade, angústia, agressividade, baixo rendimento escolar e psicopatias¹⁴. Diante desse contexto, o fato do pai ou da mãe ser preso se constitui um alívio para a criança que está sofrendo de maus tratos e violência e o abrigo pode se constituir uma medida de proteção²⁶.

A instituição de acolhimento deve configurar como um ambiente que promove segurança e propicia o desenvolvimento da criança, assegurando as trocas sociais e afetivas que são importantes para os que estão privados da família⁵² e que possuem vivências anteriores traumáticas, a fim de que possam ressignificar suas histórias; bem como, resgatar vínculos que se encontravam fragilizados devido ao encarceramento e ao passado^{6,41}. Dessa forma, ao sair da condição de privação de liberdade, mãe e filho podem ter o interesse em conviver juntos.

VÍNCULOS INSTITUCIONAIS

Apesar do ECA estabelecer que o acolhimento institucional deve ter caráter provisório e durar no máximo dois anos⁶, as crianças e adolescentes que residem na Casa de Acolhimento estão em média há 08 anos na instituição. O motivo inicial do acolhimento era a privação de liberdade materna, mas dos nove participantes da pesquisa, uma mãe faleceu e as demais estão em liberdade. Porém, a justificativa para permanência das crianças e adolescentes na instituição é devido à falta de condição socioeconômica da genitora e/ou da família. Com isso, cada um dos institucionalizados com suas histórias de vida passam anos juntos. Porém, cada um vai criando a sua percepção acerca do ambiente e das pessoas que os envolvem e ao serem questionados sobre os colaboradores as respostas foram:

Ela (tia) me dá as coisas, conversa comigo nas coisas erradas. C2 (08 anos de

instituição)

As tias são boas, quando está todo mundo brigando, chama a tia e todo mundo para. Gosto de todo mundo. C3 (01 ano de instituição)

Ela é aquele tipo de pessoa que, sei lá, eu gosto dela, ela dá conselho. Ela gosta da gente, ela é tipo de um adolescente, brinca com a gente. É boa. A3 (11 anos de instituição)

Ao analisar as respostas sobre os colaboradores, qual eles têm preferência, a maioria referiu ter predileção por um ou dois colaboradores. Este fato demonstra que houve o estabelecimento de uma relação íntima, estável e afetiva com um ou mais trabalhadores, o que pode sugerir uma base segura³¹. Como o abrigo ocupa uma posição central na vida dos institucionalizados, é necessário que exista a vinculação, a fim de que o colaborador assuma o lugar de proteção, orientação e como figura de identificação, permitindo a criança ou adolescente a liberdade para explorar o ambiente, aprender e, caso sintam-se ameaçados, saber quem recorrer²⁶.

Siqueira e Dell'Aglio²⁶ avaliaram crianças entre 7 e 16 anos e constataram satisfação dos internos a vida institucional, configurando assim, a casa de acolhimento como um fator protetivo e uma oportunidade de desenvolvimento saudável. Bronfenbrenner²² discorre que conhecer o temperamento dos institucionalizados, as preferências e o ritmo biológico são maneiras de criar vínculos e não configurar assistência massificada, apenas voltada para satisfação das necessidades básicas.

Dessa maneira, a instituição oportuniza elaborar e ressignificar sofrimentos, apesar do pertencimento de rejeição e abandono da família. Assim, autores reconhecem que nem toda criança que experimenta a ruptura familiar e a institucionalização vai apresentar problema. Esta questão vai depender da capacidade de construção subjetiva da criança e de como essa perda ou ruptura ocorreu e como foram os fatos que antecederam e sucederam a essa perda²⁴.

Contrapondo os resultados dessa pesquisa concernente à preferência dos entrevistados por um cuidador, estudos mostram que situações como tempo de instituição, rotatividade dos colaboradores, sobrecarga de trabalho, precariedade da assistência individualizada e rotinas rígidas são alguns dos fatores que não favoreceram a construção de vínculos significativos. Esses fatores vão contribuir para que os institucionalizados invistam menos nas relações como uma forma de proteção, pois acabam revivendo no ambiente institucional a perda da figura de referência como foi vivenciada no seio familiar, configurando assim o acolhimento institucional como um fator de risco para o desenvolvimento infantil³⁴.

Outro aspecto relevante com relação os trabalhadores diz respeito aos traços emocionais, as vivências dos colaboradores e o apoio psicológico dispensados para os que lidam diretamente com os institucionalizados, bem como qual a imagem e quais expectativas de futuro que fazem destes²⁶. Isto decorre em razão de que essas crianças e adolescentes vão necessitar da ajuda deles para compreensão dos fatos ocorridos em suas vidas e para auxiliar na ressignificação das suas histórias, manutenção ou fortalecimento do vínculo familiar a fim de que possam superar os fatos.

Golin; Benetti²⁷ referem em seu estudo que, apesar do abrigo ter disponibilizado encontro quinzenal com os cuidadores para refletirem e serem acompanhados sistematicamente na assistência dada aos institucionalizados, a atividade não era suficiente porque ficava centrada

nas demandas institucionais e não ao aspecto emocional do trabalhador diante do contexto de crianças em situação de acolhimento. Portanto, a criança necessita de uma atenção especial para estabelecer afetividade, por isso os cuidadores devem ter amparo emocional constante a fim de promover essa interação²⁷.

No que concerne ao relacionamento dos colaboradores com as crianças e adolescentes nessa pesquisa, observou-se uma preocupação em ter recursos para manutenção das necessidades básicas, de encontrar ferramentas que pudessem estimular e auxiliar no processo de aprendizado, assim como de inserir os institucionalizados em outros contextos. Porém, foi observada uma relação pautada em normas e rotinas, relativamente distantes, sem estabelecer vínculos afetivos maiores.

Uma preocupação foi observada por parte dos colaboradores e da diretora da instituição com relação à abordagem de assuntos como situação de privação de liberdade e do abrigo como casa de acolhimento com as crianças e adolescentes. Foi solicitado a pesquisadora cuidado na abordagem com os institucionalizados sobre esses temas, mas que não teria problema caso eles mesmos comentassem. Situação que aventou a ideia de que as temáticas são pouco discutidas com os institucionalizados ou de um preconceito velado entre os próprios trabalhadores. Essa circunstância pode ser decorrente da dificuldade dos cuidadores em lidar com estas questões, assim como uma forma de amenizar o sofrimento dos institucionalizados negando o passado e por fim dificultando a reconstrução da sua história.

Apesar dos anos de convívio institucional, as relações entre os pares parecem superficiais. A3 que possui 11 anos de instituição relata “eu me dou bem com todo mundo, eu não tenho melhor amigo aqui” e A4 que tem 10 anos de institucionalização “eu não tenho preferido aqui, eu gosto de todo mundo, têm aqueles que gosto um pouquinho mais e outros um pouquinho menos”. Ao presenciar os institucionalizados brincando, foi percebido uma relação de disputa entre eles. Dado que corrobora com os achados dos estudos sobre a fragilidade da relação entre as crianças institucionalizadas. Para estes autores o principal apoio dos institucionalizados são os adultos representados por um colaborador ou por algum familiar^{26,27}.

Ao final de cada visita, os institucionalizados acompanhavam a pesquisadora até o veículo, dificultando a saída da mesma e sempre queriam saber quando retornaria e se iria ganhar alguma coisa, fato que foi pontuado por uma das colaboradoras. Esta situação sugere dificuldade de criar vínculo ou a concepção de relação fundamentada no interesse do ganho material, que foi identificada com os pedidos realizados por A6 e A2 para serem presenteados, tendo estes, respectivamente, 10 anos e 08 anos de institucionalização.

Está aqui é o livramento. Eu sei que nenhum lugar é perfeito, mas ficar aqui me livrou de tantas coisas que eu podia viver, ainda mais nesse mundo que está aí fora. Eu poderia estar na rua, ter um filho uma hora dessas. Então aqui aprendi muitas coisas. A3 (11 anos de instituição)
Viver aqui representa acolhimento. A4 (10 anos de instituição)

Os relatos configuram que apesar do rompimento do vínculo familiar e da vida com mais limites e privações, as crianças e adolescentes preferem a instituição porque receiam estar no âmbito familiar e vivenciarem situações de insegurança e incerteza, além do imaginário de não ter uma perspectiva de futuro melhor que o da sua genitora.

Eu não vou para casa de minha mãe, ela ainda não tem condições. Ela ainda está com coisa de alcoolismo, ela bebe e sei lá. Prefiro ficar aqui, aqui me sinto bem, aqui tenho oportunidade. A3 (11 anos de instituição)

Assim como em outros estudos, os participantes dessa pesquisa demonstraram sentimento de ambivalência com relação à experiência institucional. A casa de acolhimento possui a representação de ganhos materiais, estabilidade, segurança e proteção²⁷. Também foi evidenciado conformismo com relação ao abrigo e desamparo familiar. Torres associou o conformismo aos ganhos materiais que ocorreram em suas vidas como espaço, alimentação, roupas e presentes²⁴. Deste modo, a identidade do indivíduo deve ser redimensionada, visto que os ganhos materiais, os cuidados com a higiene, alimentação e educação sobrepõem o desejo de estar com a família e ao local de origem²⁶. Contexto esse que chama atenção da realidade socioeconômica que essas crianças e adolescentes vivenciavam e que as famílias ainda vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar a experiência de filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento com relação à formação do vínculo estabelecida nessa instituição. Para isso, foram entrevistadas nove crianças e adolescentes institucionalizados que residem em uma casa de acolhimento devido à privação de liberdade materna.

No contexto das relações estabelecidas foi percebida uma complexibilidade nas relações vivenciadas. Na casa de acolhimento, os institucionalizados conseguem estabelecer vínculos com os cuidadores, apesar do convívio estar pautado em normas e rotina. Já no que diz respeito aos pares, a relação é superficial e disputas são geradas pela atenção dos adultos ou por algum ganho material.

Nesse mergulho como pesquisadora foi verificado o conflito vivenciado pelas crianças e adolescentes quando o assunto em questão é família. O maior desejo deles é poder viver com seus familiares e de algum dia poder ajudá-los. Porém, diante da situação de vulnerabilidade vivenciada antes do aprisionamento da genitora, da situação sócio econômica que os familiares se encontram e do receio de ter o mesmo destino das mães, as crianças e adolescentes preferem permanecer na casa de acolhimento a ficar com suas famílias devido a garantia de moradia, comida, escola, segurança e de um futuro melhor. Este quadro é preocupante, pois os ganhos materiais e o medo superam o desejo e a vontade de poder viver com a família.

Diante dessa situação, urge medidas públicas para o cumprimento da legislação que determina que o acolhimento não ultrapasse os dois anos, que os vínculos familiares e comunitários sejam mantidos e que essas famílias sejam incluídas em programas sociais a fim de que ausência de condição financeira não seja causadora da separação de uma criança ou adolescente do seio familiar.

Ainda nesse viés, é importante ressaltar a necessidade da reformulação da assistência prestada e da capacitação dos profissionais que lidam com esses institucionalizados, devido a importância que os mesmos possuem na construção da percepção que vão ter de si mesmo, da sociedade e na interpretação do contexto que os envolvem.

A escassez de publicação sobre as situações que envolvem os filhos que possuem mães em situação de privação de liberdade demonstra a invisibilidade que essa população possui. Diante desse contexto, esse artigo, enquanto produção científica, destina-se à interlocução com a comunidade acadêmica, mas dedica-se, sobretudo, aos gestores, profissionais e ao poder público e propõe um maior aprofundamento do estudo em outras dimensões, na tentativa de encontrar estratégias que venham a minimizar e sanar as dificuldades que essas crianças e adolescentes experienciam ao vivenciar a privação de liberdade da genitora.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen Mulheres Junho de 2014. Departamento Penitenciário Nacional 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 19 jul 2017.
2. Brasil. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen Dezembro de 2014. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf. Acesso em: 19 jul 2017.
3. Glaze LE, Maruschak LM. Parents in prison and their minor children. Whashington, DC. Bureau of Justice Statistics, 2008.
4. Brasil. Secretaria de administração Penitenciária. Censo Penitenciário. São Paulo. 2002. Disponível em: www.sap.sp.br. Acesso em: 22 jul 2017.
5. Stella C, Serqueira VC. Guarda de filhos de mulheres presas e a ecologia do desenvolvimento humano. Revista Eletrônica de Educação. 2015; 9(3):379-394.
6. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990. Lei n. 8.069. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2. Acesso em: 19 jun 2017.
7. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 jun 2017.
8. Brasil. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução nº 4 de 15/07/2009. Disponível em: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112041>. Artigo 2 e artigo 5. Acesso em: 06 set 2017.
9. Brasil, Lei de Execução Penal, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 05 set 2017.
10. Brasil. Conselho Nacional de Justiça. Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas Para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf>. Acesso em: 28 dez 2016.
11. Simões VFN. Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil. Porto Alegre: Núria Fabris, 2013.
12. Santa Rita R. Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade

humana [dissertação]. Brasília. Universidade de Brasília. 2006.

13. Rizzini I. A institucionalização de crianças no Brasil. Percursos históricos e desafios presentes. 2 ed. Editora PUC Rio, 2004.
14. Souza JC, Carvalho AMP. Repercussões do ambiente familiar alcoolista para o desenvolvimento da criança. *Pediatria Moderna*. 2010; 46 (3): 114-9.
15. Fundos das Nações Unidas para infância. UNICEF. Declaração dos direitos da criança. [citado em: 01 jan 2004]. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 08 jan 2017.
16. Brasil, Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>. Acesso em: 03 jun 2017.
17. Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília 2009. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancasadolescentes/programas/pdf/orientacoestecnicas.pdf>. Acesso em: 04 abr 2016.
18. Murray J, Farrington DP, Sekol I. Children's Antisocial Behavior, Mental Health, Drug Use, and Educational Performance After Parental Incarceration: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Psychological Bulletin*. 2012; 138 (2):175 - 210.
19. Feijó LP, Oliveira DS. Privações afetivas e relações de vínculo: psicoterapia de uma criança institucionalizada. *Contextos clínicos*. 2016; 9(1):72-85.
20. Giagazoglou P, Koulious C, Sidiropoulou M, Fahantidou A. The effect of institutionalization on psychomotor development preschool children. *Research in Developmental Disabilities*. 2012; 33: 964-970.
21. Minayo MCS. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 14 edição Hucitec editora, 2010.
22. Bronfenbrenner U. A Ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados, 2 reimpressão. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
23. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2009.
24. Torres CROV. "Por um céu inteiro": crianças, educação e sistema prisional [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010.
25. Stella C. O impacto de encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial do filho. *Revista de Educação*. 2009; 4(8):99-111.
26. Siqueira AC, Dell'Aglio DD. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2010; 26(3): 407-15.
27. Golin G, Benetti SPC. Acolhimento precoce e o vínculo na institucionalização. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2013; 3 (29):241-248.
28. Vigotsky LS. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes; 2010.
29. Piaget J. A construção real da criança. Rio de Janeiro: Zahar; 2006.
30. Spitz RA. O primeiro ano de vida. Rocha EM: tradução. São Paulo: Martins Fontes; 1998.
31. Bowlby, J. Apego e perda: separação, angústia e raiva. São Paulo: Martins Fontes; 2004.
32. Winnicott DW. Privação e delinquência. São Paulo. Martins Fontes; 2012.
33. Cúnico S D, Arpini D M. A família em mudanças: Desafios para a paternidade

contemporânea. *Pensando Famílias*; 2013; 17(1): 28-40.

34. Trivellato AJ, Carvalho C, Vectore C. Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. *Psicol. Esc. Educ* 2013; 2 (17). 170-182.